

ART.º ♀:

ELAS NO SUL E NO NORTE



EUC



TERESA CUNHA
CELINA SANTOS
TATIANA MOURA
SOFIA SILVA

Folha de Rosto

Título: Artigo Feminino: Elas no sul e no norte. art.º ♀ VII

Organização: Teresa Cunha e Celina Santos

ISBN: 978-989-?????-?-?

Depósito Legal: ??????/11

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Maio de 2011

Os textos não reflectem necessariamente a opinião e posições da AJPaz.

Os textos foram publicados respeitando na íntegra a sua forma e conteúdo originais.

SUMÁRIO

7. Apresentação

9. art.º ♀ VII

As que falam e as que são faladas [de Adriana Bebiano]

15. Parte I – Pensar e Fazer

17. Capítulo 1 – *Feminismos de-lá-para-cá-e-para-além do sul e do norte* [de Teresa Cunha]

41. Capítulo 2 – *Silêncios da violência armada: mulheres e armas de fogo* [de Tatiana Moura e Rita Santos]

71. Capítulo 3 – *O que é que elas têm que ele não tem. Economias solidárias e capitalismo* [de Celina Santos]

95. Capítulo 4 – *Prática educativa de transformação social: o potencial da investigação-acção participativa* [de Sofia Silva]

111. Parte II – Fazer e Pensar

113. Capítulo 5 – *Pedagogias feministas*

113. 5.1. *Economias solidárias. Lost* [de Celina Santos]

131. 5.2. *Comércio mundial* [de Celina Santos e Sandra Silvestre]

155. 5.3. *Soberania alimentar* [de Celina Santos e Sandra Silvestre]

167. Capítulo 6 – *Luto como mãe. As histórias de um filme* [de Tatiana Moura]

183. Capítulo 7 – *Economias solidárias em acção*

183. 7.1. *Convívio e solidariedade: Práticas de xitique em Moçambique* [de Catarina Trindade]

193. 7.2. *Pirilampa: a mercearia solidária da Granja do Ulmeiro* [de Teresa Cunha, Tatiana Moura, Sandra Silvestre e Sofia Silva]

203. Biografias

art.º ♀ As que falam e as que são faladas

Adriana Bebiano

Do conhecimento, sabemos que é sempre o lado do avesso da ignorância; sabemos-lo ainda situado. Quero dizer: sabemos “nós”, as que partilham esta posição política. Será que a posição partilhada faz de nós uma *comunidade* de leitoras, contadoras de histórias e agentes da história colectiva?

A demanda pela construção de uma comunidade atravessa este livro e o todo o projecto do art.º ♀ VII. Paradoxalmente, a comunidade constrói-se – frágil, efémera, assim se projectando no futuro em fantasia – na assunção da sua fragmentaridade, na explícita singularidade das vozes múltiplas. Esta posição epistemológica (política) é desde logo expressa neste livro na inclusão de artigos-vozes em diferentes registos e seguindo diferentes regras formais. O contrário da disciplina; o contrário da formatação do conhecimento instalado; o contrário do que nos ensinaram na escola. O contrário do que nós ainda ensinamos? Supondo que se pode ensinar a indisciplina, não se tornará assim a indisciplina *disciplinada*? Como acontece com o Carnaval, a encenação da subversão pode resultar na contenção da subversão. Mas também, alternativamente: na disseminação da subversão.

A pluralidade de vozes do livro estende-se às comunidades de mulheres *sobre* quem fala, desde as da Mercearia Pirilampa, da Granja do Ulmeiro, às praticantes do xitique, em Moçambique, às mães em luto e em luta pelos filhos perdidos no Brasil. Estaremos *mesmo* perante uma plurivocalidade? Por outro lado, que pode fazer quem tem acesso à escrita e a uma editora se não dar a ver /dar a conhecer quem, tendo voz, não tem acesso ao público? (Portanto, não tem *plenamente* voz.)

Na procura de uma comunidade – ou do sonho de uma linguagem comum – há quem fale, e quem seja falado. A questão ética é incontornável: can the subaltern speak? Pode, quem tem acesso ao público, representar – no sentido de “figurar”, mas também de “falar por” – quem o não tem? Não há saída airosa para este dilema ético: falar “por ela”, não é ainda dar-lhe voz; por outro lado, calar, é condenar à inexistên-

cia e, logo, eticamente insustentável, como argumentam Gaytry Spivak e Susan Sontag. Estamos perante o duplo vínculo de que fala Spivak: qualquer opção terá sempre a sua margem de erro e trará a sua dose (posterior) de arrependimento. No entanto, se toda a tentativa de solução para um problema está condenada ao fracasso, o próprio processo de articulação de uma solução é já, em si mesmo, um pequeno sucesso. Criar espaço para a subalterna ser *ouvida* – essa é a solução mínima, proposta por Spivak, e penso que essa é aqui alcançada.

Desde logo, no trânsito do-cá-para-lá-e-de-lá-para-cá delas no norte e no sul, que atravessa tanto o texto de reflexão teórica de Teresa Cunha como os estudos de caso e as histórias de práticas e pedagogias feministas – com enfoque aqui nas questões da economia e da violência – de Catarina Trindade, Celina dos Santos, Sofia Silva, Rita Santos e Tatiana Moura.

As analogias – “isto é parecido com aquilo” – que usamos para organizar o pensamento, criam o mesmo e a alteridade; mas criam também a alteridade em mim, o reconhecimento da outra em mim: o braço dado no braço, o humano como responsabilidade pelo Outro, o humano criado na consciência que a minha precariedade começa na consciência da precariedade do Outro. A questão ultrapassa os problemas específicos das “mulheres” e coloca-se no plano da definição do humano, tal como Judith Butler – na esteira de Levinas – o define em *Precarious Life*.

A “justiça para as mulheres” passa obrigatoriamente por uma justiça económica (global), questão que, tendo sido esquecida na segunda vaga dos feminismos, tem vindo a afirmar-se como central e cada vez mais premente no contexto do colapso do capitalismo neoliberal a que estamos a assistir. “Redistribuição”, “Reconhecimento” (das diferenças) e “Participação” têm sido palavras de ordem de Nancy Fraser – por exemplo – já desde os finais dos anos 1990, e têm-se revelado cada vez mais urgentes. Não surpreende, portanto, que a maior parte dos ensaios deste volume (pelo menos) refira aspectos da organização económica de comunidades de mulheres. Daí também a importância da inclusão das Oficinas sobre “Soberania Alimentar” e “Economias Solidárias” e do ensaio de Celina dos Santos sobre “Economias Solidárias e Capitalismo”. No contexto do empobrecimento global e do esgota-

mento dos recursos do planeta, tornam-se imperativas as formas solidárias de organização económica, alternativas à lógica do capitalismo neoliberal, de forma a garantir não apenas a sobrevivência mas também a dignidade de cada ser humano. Cabe aqui perguntar porém: advogar as práticas informais de uma economia de proximidade como (quase) exclusiva solução para a pobreza, não resultará na absolvição do Estado das suas responsabilidades? Não garantirão as economias informais – que surgem no contexto da pressão negativa exercida sobre as pessoas excluídas – a própria sobrevivência do sistema que as excluí? Colocando a questão noutros termos: quem é que tem o direito à cidadania e, conseqüentemente, o direito a alguma protecção por parte do Estado? Ou devemos abdicar do Estado e pensar a cidadania constituindo-se *fora* do Estado? Não deviam tod@s @s cidad@s, como defende Carole Pateman, ter direito a um rendimento básico mínimo, que permitisse uma vida modesta mas decente? Colocando a questão ainda de outra forma: as economias solidárias funcionam a um nível micro; uma economia solidária que funcionasse a um nível macro deveria contar com o Estado, obrigaria a uma reestruturação global, a uma política global de “reconhecimento”, “redistribuição” e “participação” globais. De outra forma, as práticas informais e /ou de economia solidária continuarão a ser relegadas para as margens e a fazer, basicamente, “controle de danos”, paradoxalmente contribuindo para a manutenção das assimetrias de rendimentos e de poder existentes. No entanto, tornando-se “suficientemente relevantes”, logo, funcionando como pressão junto das instituições e do Estado, podem ter uma função emancipatória.

O que aprendemos com as práticas do “Sul”? Desde logo as histórias que aqui ouvimos, particularmente nas vozes emprestadas de Teresa Cunha e de Catarina Trindade, que dão conta das histórias de mulheres que tendemos imaginar como vítimas – a partir do nosso “ângulo de visão cego” – e que aqui se contam como combatentes e agentes. Uma pergunta se impõe, porém: é possível pensar uma organização social /comunidade na qual estejam ausentes relações de poder? Não estamos ainda perante uma divisão sexuada do trabalho, na qual as mulheres continuam a ter a posição de responsáveis do cuidado e do sustento, mas que as mantêm (ainda) afastadas dos lugares de decisão

e do protagonismo? As histórias que aqui se contam são conhecimento válido e são emancipatórias; temos, no entanto, de pensar os seus limites paralelamente com o seu potencial.

Como temos também a obrigação de pensar os limites da investigação-acção: eu não posso *ser* a outra, *ser a voz* da outra. Na investigação, quem fala está na posição de sujeito; quem é “estudado”, na posição de objecto (de estudo). A investigação-acção – teorizada por Sofia Silva e exemplificada em todas as outras histórias-ensaio deste livro – é uma forma de *solidariedade*, numa economia de troca de bens: “elas” dão as suas histórias exemplares; “nós” damos a conhecer essas histórias. A “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire é o bom ponto de partida; a encenação de um quotidiano que fosse, todo ele, todos os dias, um “teatro d@ oprimid@” – Boal, depois de Boal – permitir-nos-ia ir mais longe. De resto, não devemos nós pensar estas práticas não apenas situadas “fora dos muros da escola”, em acções “dirigidas” @os exclud@s, mas também dentro das nossas escolas, esses “aparelhos ideológicos de estado” – como as definia Althusser – disciplinadores e criadores de obediências várias?

De alguma forma, é isso justamente que fazem as Oficinas de Soberania Alimentar e de Economias Solidárias aqui propostas: ensinar a pensar de outra maneira, “fora-da-caixa” da competitividade e do bem próprio; ensinar a pensar o bem comum, na confiança mútua. Os exercícios aqui propostos trouxeram-me, estranhamente, uma sensação de reconhecimento. De facto, na infância e na adolescência fiz exercícios muito semelhantes, na organização escutista das Guias de Portugal, exercícios esses que marcaram a minha prática pedagógica e social em situações de trabalho. O que me faz pensar nas questões aqui propostas como sendo, em muitos aspectos, um regresso a valores do passado, no que o passado teve de bom – falo das décadas de 1960 e 1970 – e que foi esquecido nas “décadas da abundância”, questão a que regressarei daqui a pouco. É também urgente pensar criticamente o nosso próprio lugar: como praticar uma “pedagogia da oprimida” e relações de confiança em nome do bem da comunidade no *nosso* quotidiano, na *nostra* escola. Um exercício de auto-reflexão é necessário; não reservar estas práticas para os espaços “exóticos” em que, eventualmente, fazemos os nossos trabalhos de campo e “transferência de

conhecimentos”. A investigação-acção começa dentro da nossa própria “casa” – só assim poderemos pensar de-lá-para-cá-e-de-cá-para-lá. A categoria indisciplinada – que não-se-deixa-disciplinar – e que atravessa estes ensaios é “mulheres”. Múltiplas, diferentes, singulares, dizemos nós, combatendo o essencialismo, porque as categorias essencialistas são falsas e impedem a possibilidade de agência, de intervenção no social no sentido da produção da mudança. Pensar que “se sempre foi assim, é porque é naturalmente assim; logo, sempre assim será”, é colocar as situações sociais fora-da-história e conduz à paralisia. O combate a este “destino”, passa também pelo combate a qualquer essencialização do “feminino” e do seu (supostamente natural) lugar de subalternidade, reflexão esta que está presente em todos os ensaios deste livro. Como está presente a consciência de que “a capacitação para a acção” (*empowerment*) precisa da categoria “mulher”, por muito provisória ou estratégica que seja. Os números do Banco Mundial, apresentados no texto de Celina dos Santos, mostram que essa categoria existe: são as mulheres as mais pobres do planeta. São elas – nós? – também as primeiras vítimas da violência mais oculta, no *continuum* de violências argumentado por Rita Santos e Tatiana Moura. Aceitar a existência (provisória e estratégica) dessa categoria, no entanto, obriga-nos ao reconhecimento de outras categorias, que colocam mulheres diversas em situações sociais e económicas diversas. A consciência da necessidade da interseccionalidade das abordagens não deixa de estar presente nestes textos, nomeadamente nos estudos de caso. Classe, etnia, educação, geografia e história distanciam *as que falam* daquelas *de quem se fala*, o que não impede a existência da solidariedade. Mais: esta consciência obriga à solidariedade, despida de maternalismos. E coloca a hipótese de uma sororidade na diferença. Uma pergunta se impõe: que há de novo nas organizações destas mulheres aqui narradas, nas actividades de economia informal que organizam para a sobrevivência das famílias? O que as distancia das mulheres do passado, que, em Portugal, foram escasseando nas duas últimas décadas de abundância ilusória e de consumo hedonista, mas cuja existência permanece, representada na senhora que vende bolos de Ançã junto da estátua de D. Dinis às sextas-feiras de manhã? Ou na funcionária de limpeza da minha Faculdade que me vende sabonetes

“feitos em casa”, como necessário suplemento ao emprego mal pago? Todas nós conhecemos exemplos destes, na nossa realidade, aqui e agora. E todas nós teremos na família uma história de uma mulher destas, que testemunhámos, ou que ouvimos contar. A pergunta: haverá aqui uma ruptura com a lógica capitalista? Ou terão estas mulheres sempre existido nas classes menos abastadas, na sombra, e em *suplemento* dessa lógica?

Duas questões me surgem aqui: a primeira, a da invisibilidade destas mulheres muito próximas de nós, cujas vidas seria interessante resgatar, visibilizando a linha matrilinear das nossas próprias famílias. São histórias com potencial emancipatório, de “capacitação para a acção” de quem se confronta agora com o espectro de uma nova pobreza.

A segunda questão é mais uma preocupação autocrítica: não serão estas histórias todas marcadas pela nostalgia de uma (imaginada) comunidade ideal? Não terão sido estas utopias já várias vezes encenadas ao longo de séculos, particularmente visíveis nos movimentos românticos, nas revoltas e comunas juvenis dos anos 1960, e em Portugal nos anos quentes de 1974-1975? Importa, pois, potenciar a nostalgia e fazê-la matéria de futuro, matéria de construção de uma “comunidade que há-de vir”.

Uma inquietação final: quem vai ler este livro? Quem *ouve* estas histórias?